

Comitê Técnico Integrado para o Desenvolvimento do Mercado de Combustíveis, demais Derivados de Petróleo e Biocombustíveis (CT-CB)

Brasília, 30 de novembro de 2017



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

Pauta

- Abertura (10 min)
- Atividades dos Subcomitês (100 min, 25 min por SCT)
 - Abastecimento, Concorrência e Competitividade, Infraestrutura e Tributação
 - relato das ações desenvolvidas no 2º semestre de 2017;
 - principais produtos e resultados;
 - plano de trabalho para 2018;
 - cronograma de reuniões para 1º semestre de 2018; e
 - novas propostas, se houver.
- Informes e Encerramento (10 min)
 - 35ª Reunião Ordinária do CNPE; e
 - Outros.

CT-CB

*Subcomitê
de
Abastecimento*

Coordenação

Maria Inês - ANP

30/11/2017



**MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**

PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE ABASTECIMENTO

PROPOSTAS

P1 - Estabelecer, por meio do CNPE, um conjunto de diretrizes estratégicas para a reestruturação do mercado de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo no Brasil, que contemple a presença de múltiplos agentes e viabilize a realização de novos investimentos, observado o atual período de transição.

P16- Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios que, em função do reposicionamento da Petrobras, garantam o abastecimento nacional de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

P19 - Aprimorar os mecanismos de monitoramento da movimentação e comercialização combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo

P4 - Permitir a importação de gasolina e óleo diesel diretamente por distribuidores de combustíveis.

P27 - Realizar estudos para reavaliação das restrições de outros usos de GLP para verificação de impactos sobre o abastecimento nacional, devendo considerar a precificação do produto e a disponibilidade de infraestrutura existente

P17- Reavaliar a legislação que trata do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis (Sinec) para adequá-la às condições atuais de abastecimento do mercado brasileiro de combustíveis.

P20 - Avaliar a possibilidade de diversificação dos tipos de combustíveis a serem disponibilizados por região, tendo em vista suas especificidades.

P3- Analisar e propor políticas para fomento à formulação de combustíveis, produção local de óleos lubrificantes básicos e outros derivados.

Ações Subcomitê de Abastecimento - 2017



sexta-feira, 20 de outubro de 2017 13:12:52

Instalação Vendedor Divergente

Compra.Informante	Código da Instalação 2	Venda.Informante	Código da Instalação Informante	Nº Nota Retificada	Venda.Chave de Acesso NF-e
				10249	521709

Compras não Declaradas

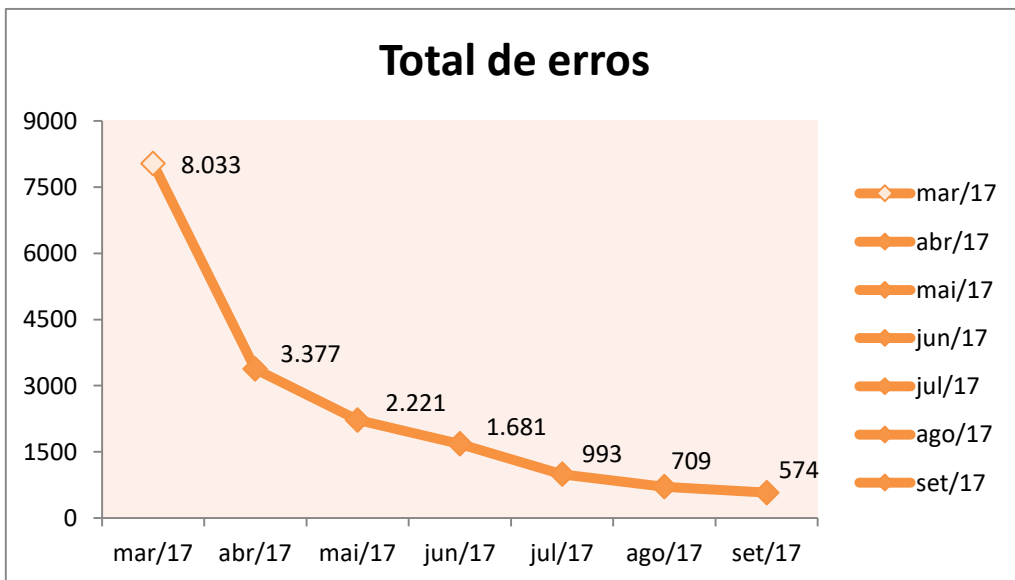
Razão Social do Destinatário	Informante	Nº Nota Retificada	Chave de Acesso NF-e
		02773	521709

Razão Social Vendedor Divergente

Compra.Informante	Razão Social do Destinatário	Venda.Informante	Nº Nota Retificada	Compra.Chave de Acesso NF-e
			10249	521709

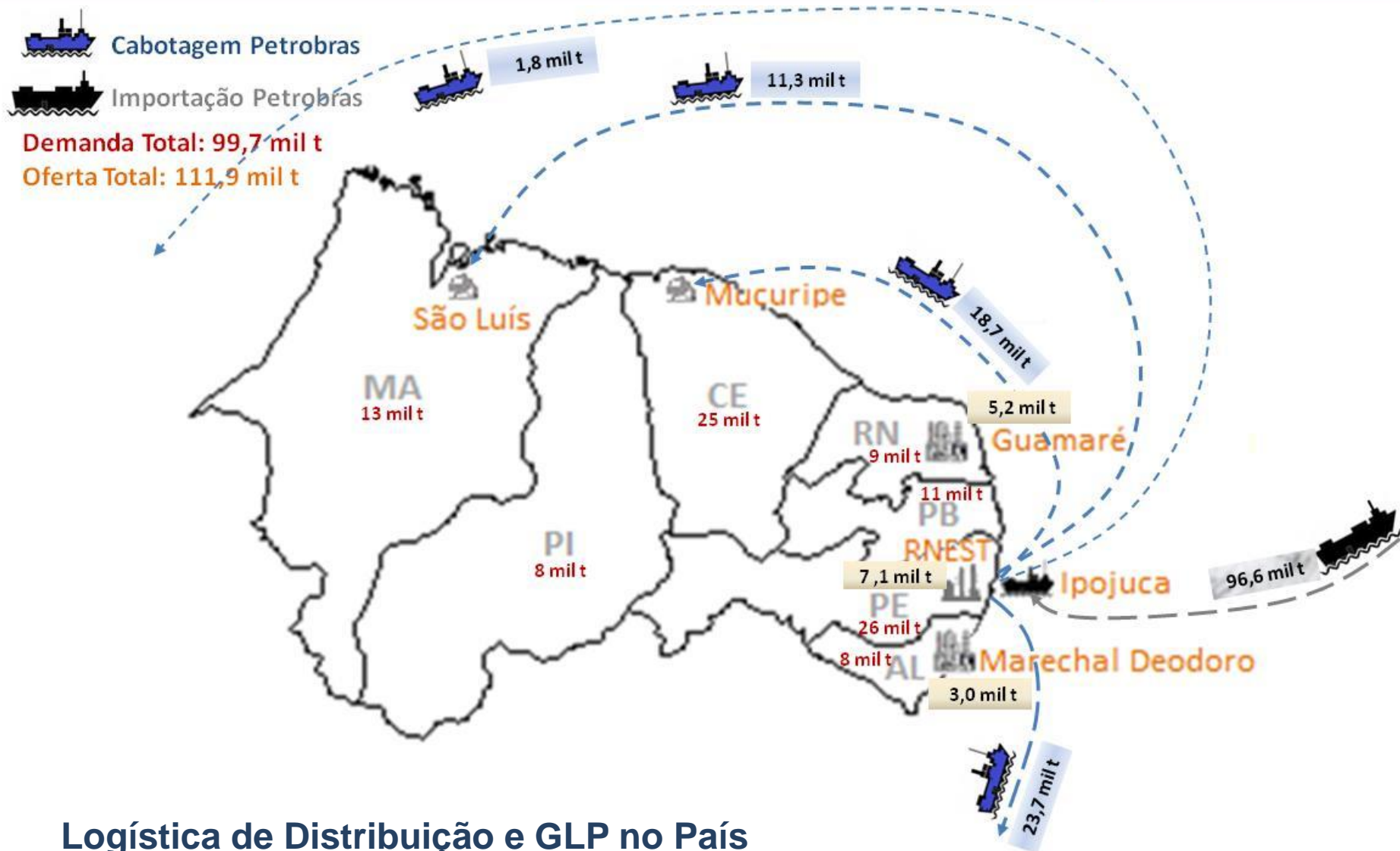
Erros - LUPA

Total de erros



Aprimoramento dos mecanismos de monitoramento

Ações Subcomitê de Abastecimento - 2017



Aperfeiçoamento dos Mecanismos Regulatórios



Ações Subcomitê de Abastecimento - 2017

Em aprovações finais pela Diretoria Colegiada:
RANP 67/2011 (Estoques de etanol anidro); RANP

RANP 17/2004 (Envio de informações de movimentações ao SIMP);



A screenshot of the SIMP (Sistema de Informações de Movimentação de Produtos) web interface. The interface features a green header with the ANP logo and the text 'SIMP SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS'. On the left, there is a navigation menu with options like 'Página Inicial', 'Tabelas de Códigos I-SIMP', 'Consulta de Volumes de Etanol Anidro', 'Consulta de Instalações Cadastradas no SIMP', and 'Ondas Frequentes'. The main content area displays two yellow 'ATENÇÃO' (Attention) boxes. The first box, dated 02/2017, announces the reinstallation of the SIMP application. The second box, dated 01/2017, informs agents about new operations and critical fields for data entry. Below these, there is a green box titled 'BEM-VINDO AO SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE MOVIMENTAÇÃO DE PRODUTOS' which explains the system's purpose and the mandatory nature of data entry. The interface also includes a search bar and a list of data entries on the right side.

Ações Subcomitê de Abastecimento - 2017

Publicadas

RANP 49/2016 (Distribuição de GLP);

RANP 51/2016 (Revenda de GLP).



Em elaboração:

RANP 10/2016 (Transportador-Revendedor-Retalhista de Navegação Interior);

Portarias ANP nº 147, de 1º de outubro de 1998, nº 203, de 29 de dezembro de 1998, nº 204, de 29 de dezembro de 1998, nº 7, de 12 de janeiro de 1999, nº 63, de 8 de abril de 1999, nº 85, de 4 de maio de 1999, nº 170, de 20 de outubro de 1999, nº 171, de 20 de outubro de 1999, nº 32, de 23 de fevereiro de 2000, nº 107, de 28 de junho de 2000, nº 63, de 18 de abril de 2001, nº 312, de 27 de dezembro de 2001, nº 313, de 27 de dezembro de 2001, nº 314, de 27 de dezembro de 2001, nº 315, de 27 de dezembro de 2001, e as Resoluções ANP nº 3, de 14 de janeiro de 2005, nº 16, de 18 de junho de 2009, nº 17, de 18 de junho de 2009 e nº 51, de 15 de dezembro de 2010 (atos normativos de autorização e anuência de Importações e Exportações).

Ações Subcomitê de Abastecimento - 2017

Formação de Grupo de Trabalho com representantes da ANP e da ANTAQ para elaboração de Resolução Conjunta e procedimentos que viabilizem ações nos portos públicos para a garantia do abastecimento de combustíveis no país



Ações Subcomitê de Abastecimento - 2017

Divulgação informações no site da ANP, para que sua utilização pelos agentes mercado

Publicação do Boletim Mensal de Lubrificantes, a partir de fevereiro de 2017

Publicação do Relatório Bimestral de Resultados de Comércio Exterior, a partir de julho de 2017

Iniciativas de fomento para a entrada de novos players no mercado.

Realização do Workshop “Investimentos em Infraestrutura para GLP”, em conjunto com o Subcomitê e Infraestrutura realizado em 28/08/2017, que contou com a participação de diversos atores da cadeia e de importadores que apresentaram gargalos logísticos para a importação do GLP. Também foram apresentadas alternativas de investimentos para melhoria da infraestrutura de recebimento do GLP importado

Ações Subcomitê de Abastecimento - 2017

Realizar estudos sobre o Panorama de Abastecimento de combustíveis e biocombustíveis no Brasil.

O Subcomitê de Abastecimento promoveu na ANP, no dia 13/11/2017 o workshop “O abastecimento de combustíveis no Brasil”. O evento teve como objetivos apresentar as ações realizadas e debater cenários e propostas para os desafios relacionados ao abastecimento nacional. Cabe ressaltar que o evento contou com participantes de diversos setores da distribuição, produção e importação de combustíveis e biocombustíveis. No workshop foram discutidos os temas projeção da demanda de óleo diesel e ciclo Otto, o mercado de combustíveis, gargalos logísticos no Brasil, os desafios para o abastecimento de óleo diesel e gasolina na Região Norte, evolução do mercado de diesel e gasolina, a importação de combustíveis no Nordeste e no Sudeste, desafios para o abastecimento de GLP e o abastecimento de asfalto.

Proposta de Trabalhos para 2018

A ANP realizou em 27/11, o seminário "Desafios do Mercado de Combustíveis de Aviação", com o objetivo de aperfeiçoar o marco regulatório desse segmento. O evento reuniu representantes das distribuidoras de combustíveis de aviação, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e técnicos da ANP. O foco dos debates foi a revisão das Resoluções ANP nº 17/2006 e 18/2006, que estabelecem os requisitos necessários à autorização para o exercício da atividade de distribuição e de revenda de combustíveis de aviação, respectivamente. Também está prevista a realização de um evento específico para a discussão do tema com representantes do segmento de revenda.

O seminário atende às diretrizes da Agência de desburocratização e simplificação dos regulamentos. "Os resultados dos debates que serão realizados poderão ser agregados às contribuições da ANP para o Programa Combustível Brasil".



Trabalhos para 2018

Ação	01	02	03	04	05	06
Discussão com o mercado sobre revisão da Resolução 58/2014						
Revisar a Resolução ANP nº 58/2014: regulamentação da atividade de distribuição de combustíveis						
Estudo sobre o impacto da mudança no abastecimento de gasolina e de óleo diesel						
Reavaliação das restrições de outros usos de GLP						
Criação e GT com Instituições do Meio Ambiente de Mercado para avaliar autorizações em áreas sensíveis						
Estudo - Fomento à formulação de combustíveis, produção local de óleos lubrificantes básicos e outros derivados						
Resolução conjunta ANP e ANTAQ						
Publicação de dados de outros segmentos						

CT-CB

Subcomitê de Concorrência e Competitividade

Bruno Caselli

Coordenador

Superintendente de Defesa da Concorrência,
Estudos e Regulação Econômica

Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e
Biocombustíveis



MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE nº04/2005

Proposta 26 - Elaborar nova resolução do CNPE para reconhecer, como de interesse para a política energética nacional, programas de acesso ao consumo do GLP destinado ao uso doméstico e acondicionado em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg para consumidores de baixa renda, reforçando o conceito de que incentivos governamentais ocorrem exclusivamente com previsão específica no orçamento público. Adicionalmente, propor a revogação da Resolução CNPE nº 4/2005, que reconhece como de interesse para a política energética nacional a prática de preços diferenciados para o GLP.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE nº04/2005

Equipe Técnica:

Alice Kinue J. de Pinho - ANP

Maria Tereza de O. Rezende Alves - ANP

Cristiane de Albuquerque - CADE

Ulliana Martinelli - CADE

Daniela Ferreira Marques - Casa Civil

Bruno R. L. Stukart - EPE

Carlos Augusto G. Pacheco - EPE

Marcelo Castello Branco Cavalcanti - EPE

Deivson Matos Timbó - MME

Karla Branquinho dos Santos - MME

Elvino Mendonça - Seae/MF

Gustavo G. Manfrim - Seae/MF

Gustavo Henrique Ferreira - Seplan/MPDG

Luciano do Rego Silva - Seplan/MPDG

Pedro Celso R. Fonseca - Seplan/MPDG



CASA CIVIL

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO

MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE nº04/2005

Reuniões do subcomitê:

- 01/set – Metodologia de trabalho;
- 06/set – Posicionamento do Sindigas;
- 14/set - Ministério do Desenvolvimento Social;
- 22/set - Posicionamento ASMIRG-BR;
- 25/set - Posicionamento da Petrobras;
- 06/out - Proposta de estrutura de Relatório Final;
- 11/out - Cenários de preços e custos da política social;
- 07/nov - Proposta de Nova Resolução CNPE;
- 27/nov - Validação do Relatório Final.

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE nº04/2005

Workshop Preços diferenciados e incidência de tributação no GLP

Realizado em 31 de outubro, com os objetivos de:

- Expor os desenvolvimentos dos trabalhos;
- Consolidar as contribuições recebidas;
- Abrir nova oportunidade para exposição e complementação de ideias.

PROGRAMA

31 de outubro de 2017

Auditório da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis / Av. Rio Branco, nº 65, 13º andar – Rio de Janeiro

9h30	Recepção e registro de participantes
10h	Abertura José Mauro Coelho <i>Diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da EPE</i> Claudio Akio Ishihara <i>Diretor do Departamento de Combustíveis e Derivados de Petróleo do MME</i> Aurélio Cesar Nogueira Amaral <i>Diretor da ANP</i> José Cesário Cecchi <i>Diretor da ANP</i>
10h15	Objetivo do workshop Marcelo Cavalcanti <i>Superintendente Adjunto de Petróleo/EPE e Coordenador do Subcomitê de Tributação</i>
10h30	Painel 1 – Subcomitê de Tributação – Incidência de tributação no GLP <i>Bloco Único: Andamento dos trabalhos e exposição das contribuições recebidas e impactos da adesão das Unidades Federativas ao Protocolo ICMS 4/2014</i> Marcelo Cavalcanti <i>Superintendente Adjunto de Petróleo/EPE e Coordenador do Subcomitê de Tributação</i>
11h15	Contribuições e debates
11h50	Comentários finais
12h00	<i>Intervalo para almoço</i>
13h30	Painel 2 – Subcomitê de Concorrência e Competitividade – Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE 04/2005 <i>1º Bloco: Andamento dos trabalhos e exposição das contribuições recebidas</i> Bruno Conde Caselli <i>Superintendente de Defesa da Concorrência, Estudos e Regulação Econômica/ANP e Coordenador do Subcomitê de Concorrência e Competitividade</i>
14h15	Debates
15h15	2º Bloco: Possíveis cenários de preços de GLP sem a prática de preços diferenciados Contribuições e debates
16h45	Comentários finais e encerramento

RELATÓRIO FINAL

Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE nº04/2005

- **Fontes de informação:** questionários, reuniões, *workshop*, documentos e textos sobre o tema.
- **Análise:**
 - ✓ Contextualização: segmento de GLP no Brasil;
 - ✓ Análise da situação atual da precificação de GLP: aspectos mais relevantes, impactos sobre o ambiente concorrencial e a viabilidade de importação;
 - ✓ Impactos esperados do fim da diferenciação de preços e cenários de preços;
 - ✓ Programa de garantia de acesso ao consumo de GLP no segmento residencial: experiências nacionais e internacionais, público alvo, fontes de recursos, desenho de política e cenários de custos.

RELATÓRIO FINAL - PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE nº04/2005

- A universalização do uso do GLP em território nacional nos últimos anos relacionou-se com:
 - (i) a implantação do Programa Bolsa Família;
 - (ii) a elevação dos rendimentos do trabalho; e
 - (iii) o preço de revenda do GLP P-13, em termos reais, tornar-se mais acessível para todos os estratos de renda;
- Preços mais baixos para o GLP P-13 contribuíram para o acesso da população ao produto, utilizado, principalmente, na cocção de alimentos, com substituição de outras fontes de energia potencialmente mais poluidoras.

RELATÓRIO FINAL - PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE nº04/2005

- **Efeitos negativos:** desestímulo a:
 - (i) importação do produto por outros agentes, diminuindo a possibilidade de contestação no mercado;
 - (ii) entrada de novos agentes na produção e na importação; e
 - (iii) realização de investimentos no setor.
- Possibilidade de comprometimento da oferta futura de GLP: falta de perspectivas de novos investimentos tende a elevar preços do produto no longo prazo e, no limite, gerar uma **crise de abastecimento** do produto.
- A prática de preços diferenciados para o GLP na etapa de produção não garante que o diferencial de preços chegue, na mesma proporção, ao consumidor final;
- Beneficia uma parcela mais ampla da população do que o estrato de menor poder aquisitivo.

RELATÓRIO FINAL - PRINCIPAIS CONCLUSÕES

Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE nº04/2005

- Efeitos esperados da revogação da Resolução CNPE nº 04/2005 e o fim da diferenciação de preços:
 - (i) a sinalização de preço tenderá a ser mais clara, reduzindo assimetrias e permitindo maior arbitragem;
 - (ii) pode contribuir para viabilizar novos agentes para o abastecimento primário de GLP via importação e produção;
 - (iii) contribuir para o aumento da atratividade e competitividade do setor; e
 - (iv) possível elevação de preços:
- Desafios para a implementação de subsídios específicos: garantir que ele atinja os beneficiários pretendidos; limitar o transbordamento para outras necessidades ou outros grupos;
- Programas de transferência direta de renda direcionam melhor os recursos.

RECOMENDAÇÕES

RELATÓRIO FINAL – RECOMENDAÇÕES

Preços diferenciados de GLP e Resolução CNPE nº04/2005

- Em função do exposto, recomenda-se:
 - (i) REVOGAR a Resolução CNPE nº 04/2005, pois o fim da diferenciação de preços de GLP é condição essencial para aumentar a atratividade dos investimentos em infraestrutura, podendo ser avaliado período para a adequação dos produtores e importadores às novas regras.
 - (ii) ELABORAR estudo com a finalidade de avaliar os impactos da medida no consumo do GLP pela população brasileira de menor poder aquisitivo, indicando a necessidade e a melhor forma de mitigar eventuais impactos negativos decorrentes da medida.

- Em caso de não revogação imediata da Resolução CNPE nº 04/2005, recomenda-se, como medida mitigadora:
 - (iii) REAVALIAR o artigo 22 da Resolução ANP nº 49/2016, que regulamenta o disposto na Resolução CNPE nº 04/2005 e define as regras para o cálculo da parcela a ser faturada a preços inferiores na venda do GLP, com o objetivo de estimular a concorrência.



PRÓXIMOS PASSOS

Cronograma do 1º semestre de 2018

PRÓXIMOS PASSOS

PRÓXIMOS PASSOS

Cronograma do 1º semestre de 2018

Propostas a serem analisadas:

- Proposta 21 e Proposta 23 (em conjunto):

- (i) P21 - Aperfeiçoar os mecanismos regulatórios de incentivos e de definição de condicionantes para atuação dos agentes de mercado, quando necessário, tendo como objetivo a promoção da concorrência, a mitigação das falhas e a prevenção do abuso de poder de mercado e
- (ii) P23 - Aperfeiçoar a atuação regulatória de modo a evitar cláusulas contratuais potencialmente danosas à concorrência e/ou que afetem a garantia do suprimento de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

- Metodologia: reuniões com entidades interessadas para definição do escopo das propostas; avaliação das sugestões e execução de ações e medidas selecionadas.

PRÓXIMOS PASSOS

Cronograma do 1º semestre de 2018

- Proposta 22 - Reforçar a atuação conjunta e cooperativa das autoridades regulatórias e de defesa da concorrência no que tange ao abastecimento nacional de combustíveis, de modo a prevenir e coibir práticas anticompetitivas.
- Escopo: aperfeiçoamento e renovação do Acordo de Cooperação entre ANP e CADE.

Subcomitê de Infraestrutura

*Trabalhos realizados em 2017
e
Trabalhos previstos para 2018*

Luiz Theodoro

Coordenador do SCT de Infraestrutura / CT-CB

Coordenador Geral de Refino, Abastecimento e
Infraestrutura / Departamento de Combustíveis
Derivados de Petróleo / SPG / MME

**3ª Reunião Ordinária do CT-CB
Brasília, 30/11/2017**



**MINISTÉRIO DE
MINAS E ENERGIA**

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DO SCT DE INFRAESTRUTURA

OS TRABALHOS FORAM PLANEJADOS E CONDUZIDOS DE ACORDO COM A EXPECTATIVA DE RESULTADOS DAS PROPOSTAS DO COMBUSTÍVEL BRASIL

- **PARA 2017:**
PROPOSTAS DO COMBUSTÍVEL BRASIL COM RESULTADOS ATÉ NOV/2017
(Duas propostas)
 - Tratativas envolvendo órgãos de governo

- **PARA 2018**
PROPOSTAS DO COMBUSTÍVEL BRASIL COM RESULTADOS ATÉ NOV/2018
(Nove propostas)
 - Tratativas envolvendo órgãos de governo e agentes de mercado

TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017

- **PROPOSTA 7 DO CB**

Analisar e propor mecanismos para que os procedimentos licitatórios de arrendamentos de instalações portuárias em portos organizados sejam convergentes com os interesses do abastecimento nacional de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, de modo que a participação da ANP ocorra em várias das etapas preparatórias até a publicação do edital, em especial na fase de planejamento das áreas a serem arrendadas (P7)

RESULTADO OBTIDO:

DECISÃO DE ANP-ANTAQ DE ESTABELECE ACORDO: (i) PARA ATENDER À LEI DOS PORTOS EM ASSUNTOS DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS; (ii) PARA PRIORIZAR A ATRACAÇÃO DE NAVIOS DE COMBUSTÍVEIS (**NOV/17**)

TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017

- **PROPOSTA 13 DO CB**

Articular com os órgãos responsáveis pela concessão do setor portuário nacional para concluir as licitações iniciadas e realizar novas licitações de áreas de armazenamento de combustíveis nos portos a fim de estimular novos investimentos em terminais

RESULTADO OBTIDO:

ENCAMINHAMENTO À ANTAQ DE NT 529/17/SAB-ANP SOBRE OS PORTOS PRIORITÁRIOS PARA PROCESSOS LICITATÓRIOS (AGO/17)

TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017

- **WORKSHOP SCT INFRAESTRUTURA (26/10/2017)**

Discutir com todos os agentes da cadeia as 9 propostas do Combustível Brasil previstas para serem trabalhadas pelo SCT no próximo ano.

Coletar sugestões de encaminhamentos a serem considerados pelo SCT quando das tratativas a serem dedicadas a cada uma delas, ao longo de 2018.

Planejar os trabalhos do SCT para 2018

RESULTADO OBTIDO:

ELABORAÇÃO/PUBLICAÇÃO DO DOCUMENTO “**REGISTRO DO WORKSHOP DO SCT DE INFRAESTRUTURA**”, ONDE CONSTAM AS APRESENTAÇÕES, DISCUSSÕES E SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTO SOBRE AS 9 PROPOSTAS A SEREM TRABALHADAS PELO SCT DE INFRAESTRUTURA. **(NOV/17)**

(DOCUMENTO DISPONIBILIZADO NO SITE DO MME/CB/SCT INFRAESTRUTURA)

PROXIMAS ETAPAS DECORRENTES DOS RESULTADOS OBTIDOS EM 2017

- Oficialização do Grupo de Trabalho Anp X Antaq para:
 - elaborar acordo entre Agências sobre atendimento à Lei dos Portos;
 - propor priorização da atracação de navios de combustíveis.
- Análise de todas as sugestões registradas no Workshop quanto à sua aplicabilidade junto ao encaminhamento dos trabalhos relativos às 9 propostas do CB a serem conduzidas pelo SCT de Infraestrutura em 2018.
- Articulações com agentes comprometidos com os 9 temas a serem discutidos em 2018, para:
 - planejamento das reuniões para cada tema;
 - definição dos cronogramas semestrais.

TRABALHOS PREVISTOS PARA 2018

DAR ENCAMINHAMENTO E APRESENTAR RESULTADOS PARA AS 9 PROPOSTAS:

P2 - Incentivar investimentos em refino no País.

P5 - Mapear as áreas de infraestrutura prioritárias para realização de investimentos privados.

P6 - Promover maior celeridade aos processos relacionados à infraestrutura.

P8 - Estabelecer nos processos licitatórios das áreas portuárias a possibilidade da instalação de terminais com capacidade para movimentação de produtos para os diversos agentes regulados.

P9 - Possibilitar o acesso célere e efetivo aos portos públicos para todos os produtores, importadores e distribuidores autorizados pela ANP, bem como grandes consumidores.

P11 - Promover maior eficiência no controle de acesso de terceiros à infraestrutura e aprimorar a divulgação das informações de capacidade e utilização dos terminais.

P12 - Garantir níveis de serviço adequados nos terminais aquaviários, para todos os interessados.

P14 - Aprimorar regras para renovação contratual que permitam o retorno do investimento.

P15 - Ampliar linhas de financiamento em infraestrutura com taxas atrativas e de longo prazo.

CRONOGRAMA DOS TRABALHOS PARA 2018

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
Identificação e comprometimento de agentes para a discussão cada um das 9 propostas a serem trabalhadas em 2018	x	x										
Reuniões do SCT de Infraestrutura para discussão das 9 propostas do Combustível Brasil sob sua respectiva responsabilidades	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Relatório sobre resultados e produtos					x						x	
Apresentação do Relatório de Atividades ao CNPE						x						x

Os cronogramas semestrais serão definidos até janeiro/2018, após articulação com todos os agentes envolvidos nos 9 temas

Subcomitê de Tributação

*Trabalhos realizados em 2017
e
Trabalhos previstos para 2018*

Marcos Frederico F. de Souza

Superintendente

Superintendência de Petróleo / SPT

Diretoria de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis / DPG

Empresa de Pesquisa Energética / EPE



Brasília, 30 de novembro de 2017

AGENDA

➤ PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE TRIBUTAÇÃO

➤ CONTEXTUALIZAÇÃO

➤ TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017

➤ RESULTADOS

➤ TRABALHOS PREVISTOS PARA 2018

PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE TRIBUTAÇÃO

(32) Avaliar alternativas à incidência de **bitributação sobre o GLP** oriundo de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).

(29) Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do **tratamento isonômico dos tributos de cada produto nas distintas Unidades Federativas**, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a ampliação e diversificação dos agentes e aumentar a competição no mercado doméstico de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

(30) Avaliar a **simplificação e a harmonização dos mecanismos tributários federais e estaduais**, incidentes sobre a comercialização de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.

(28) Desenvolver estudo quanto aos **impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis**, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.

(31) Avaliar alternativas de **estímulo à atividade de rerrefino**, analisando a criação de tributos ou outros mecanismos, tendo em vista as externalidades positivas inerentes ao processo.

PROPOSTA DESENVOLVIDA EM 2017

(32) Avaliar alternativas à incidência de **bitributação sobre o GLP** oriundo de Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN).

(29) Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do **tratamento isonômico dos tributos de cada produto nas distintas Unidades Federativas**, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a ampliação e diversificação dos agentes e aumentar a competição no mercado doméstico de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

(30) Avaliar a **simplificação e a harmonização dos tributos tributários federais e estaduais**, incidentes sobre a comercialização de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.

(28) Desenvolver estudo quanto aos **impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis**, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.

(31) Avaliar alternativas de **estímulo à atividade de rerrefino**, analisando a criação de tributos ou outros mecanismos, tendo em vista as externalidades positivas inerentes ao processo.

32 ? = Prazo

AGENDA

➤ PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE TRIBUTAÇÃO

➤ CONTEXTUALIZAÇÃO

➤ TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017

➤ RESULTADOS

➤ TRABALHOS PREVISTOS PARA 2018

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Constituição da República de 1988 prevê **imunidade do ICMS nas operações interestaduais com petróleo e derivados** - art. 155, I, b.

*“Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:
[...]*

*II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
[...]*

*§ 2º O imposto previsto no inciso II não incidirá sobre:
[...]*

*X - não incidirá:
[...]*

b) sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica;”

**SEM DISTINÇÃO ENTRE
ÓLEO E GÁS NATURAL**

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Lei nº 9.478/1997 (Lei do Petróleo) estabeleceu uma **distinção legal entre petróleo e gás natural** - art. 6º

“Art. 6º Para os fins desta Lei e de sua regulamentação, ficam estabelecidas as seguintes definições:

I - Petróleo: *todo e qualquer hidrocarboneto líquido em seu estado natural, a exemplo do óleo cru e condensado;*

II - Gás Natural ou Gás: *todo hidrocarboneto que permaneça em estado gasoso nas condições atmosféricas normais, extraído diretamente a partir de reservatórios petrolíferos ou gaseíferos, incluindo gases úmidos, secos, residuais e gases raros;”*

CONTEXTUALIZAÇÃO

A **Emenda Constitucional nº 33/2001** explicitou a diferença de **tratamento tributário** a ser dado aos combustíveis derivados do petróleo e aos derivados do gás natural - art. 155, § 4º, X, "b".

“Art. 155

[...]

*I - nas operações com os lubrificantes e **combustíveis derivados de petróleo**, o **imposto caberá ao Estado onde ocorrer o consumo**;*













*II - nas operações interestaduais, entre contribuintes, com **gás natural e seus derivados**, e lubrificantes e combustíveis não incluídos no inciso I deste parágrafo, o **imposto será repartido entre os Estados de origem e de destino**, mantendo-se a mesma proporcionalidade que ocorre nas operações com as demais mercadorias;” → **Resolução do Senado Federal nº 22/1989***

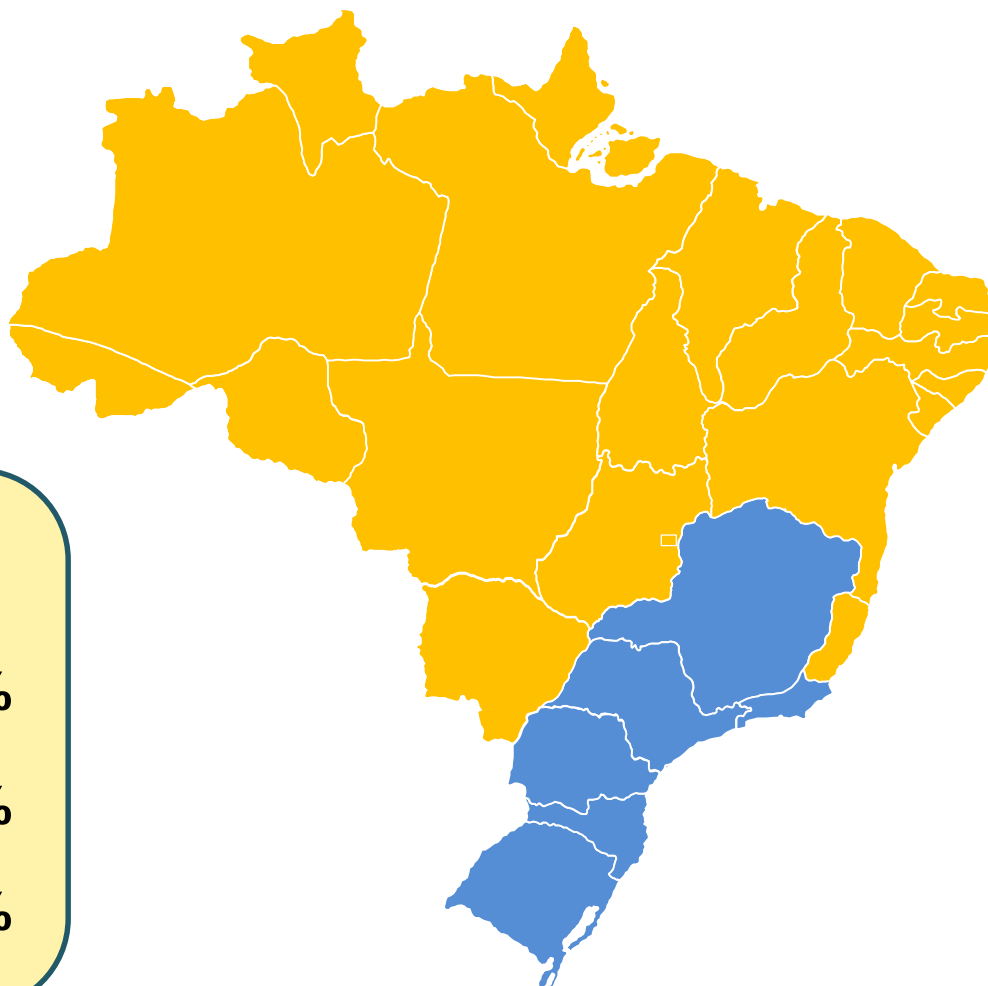
CONTEXTUALIZAÇÃO

ICMS Interestadual

*Resolução do Senado
Federal nº 22/1989*

GLGNn

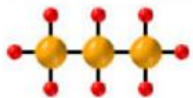
			= 7 %
			= 12 %
			= 12 %
			= 12 %



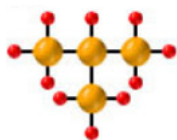
CONTEXTUALIZAÇÃO

GLP
OU
GLGN

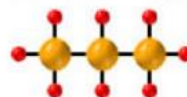
PROPANO - C₃H₈



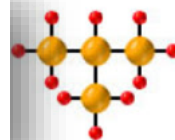
BUTANO - C₄H₁₀



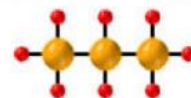
PROPANO - C₃H₈



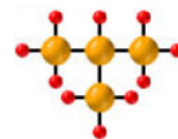
BUTANO - C₄H₁₀



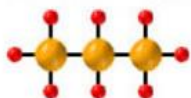
PROPANO - C₃H₈



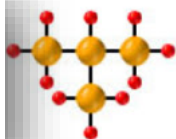
BUTANO - C₄H₁₀



PROPANO - C₃H₈

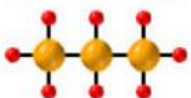


BUTANO - C₄H₁₀

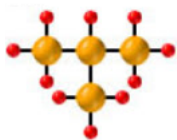


Qual a sua
ORIGEM?

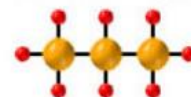
PROPANO - C₃H₈



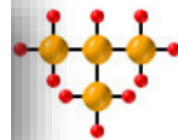
BUTANO - C₄H₁₀



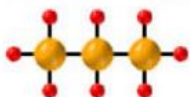
PROPANO - C₃H₈



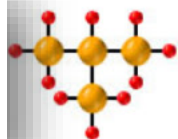
BUTANO - C₄H₁₀



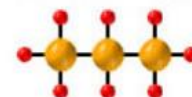
PROPANO - C₃H₈



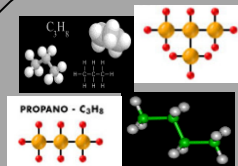
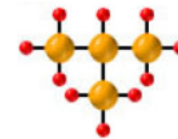
BUTANO - C₄H₁₀



PROPANO - C₃H₈

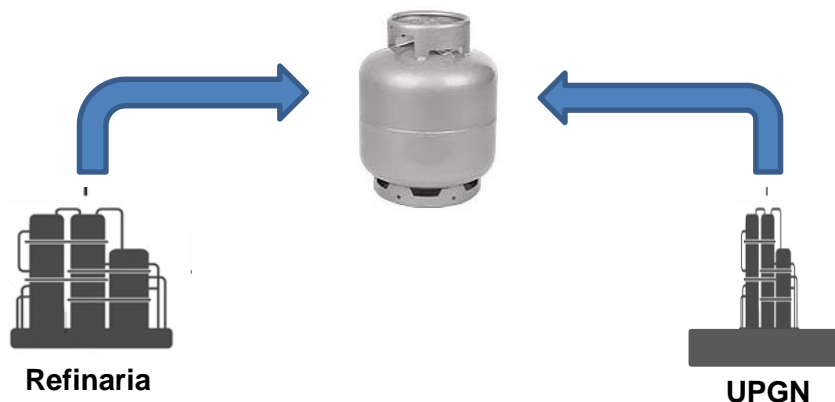


BUTANO - C₄H₁₀



CONTEXTUALIZAÇÃO

Como separar as parcelas dos **volumes** GLP (derivado de Petróleo ou oriundo do processamento do Gás Natural) **que são transacionados mensalmente entre as UFs?**



A não uniformização do tratamento tributário acarreta **distorções** na formação de **preços** do GLP, com **impactos** na própria **receita fiscal** das UFs, no segmento de **distribuição** e com potenciais **reflexos sobre o consumidor**.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Desde 2003 há iniciativas que buscam definir uma **metodologia**. A primeira delas, em 2003, foi o **Protocolo ICMS 33/2003**, o qual definiu que o volume transacionado deveria ser percentualmente constituído de GLP e GLGN conforme os percentuais calculados dos recebimentos de GLP e GLGN entre as UFs, **tendo como referência o mês imediatamente anterior**.

Atualmente, está vigente o **Protocolo ICMS 4/2014**, com a **adesão de 23 das 27 UFs**. O mesmo definiu que o volume transacionado deve ser percentualmente constituído de GLP e GLGN conforme os percentuais calculados dos recebimentos de GLP e GLGN entre as UFs, por: **média móvel dos últimos 3 meses**.

CONTEXTUALIZAÇÃO

UFs não signatárias: DF, ES, PB e RR.

Estados “indecisos” aguardando a resolução da Ação de Inconstitucionalidade (ADI)

Trata do
Protocolo ICMS
33/2003

ADI 3800/2006: PB

CONTEXTUALIZAÇÃO

UFs não signatárias: DF, ES, PB e RR.

Estados “indecisos” aguardando a resolução da Ação de Inconstitucionalidade (ADI)

STF
Extinguiu a ADI
9/11/2017

~~ADI 3800/2006: PB~~

Consequência abertura de caminho
para novos diálogos

AGENDA

➤ PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE TRIBUTAÇÃO

➤ CONTEXTUALIZAÇÃO

➤ TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017

➤ RESULTADOS

➤ TRABALHOS PREVISTOS PARA 2018

TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017



Levantamento das instituições interessadas no subcomitê de tributação, por tema.
até 15/setembro



Instituições consultadas:

Revendedores: Asmirg, Abragás

Distribuidores: Sindigás, Liquigás, Consigaz, Petrobahia

Produtores: Petrobras, Refinaria Manguinhos

Outras: Transpetro, Sefaz/MA, IBP, Oleoplan

Elaboração de Questionário para as Instituições, mas nem todos responderam!

Grande adesão às reuniões

TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017



Reuniões com instituições.
até 29/setembro

O representante do RJ no Confaz, proporcionou nossa participação e, por consequência, facilitou o acesso às esferas estaduais



Apresentação do Combustível Brasil e do Subcomitê de Tributação em **reunião do Confaz**
5/outubro

Resultado:

1 – Criação do Subgrupo Acompanhamento Programa
Apresentação do Combustível Brasil e do Subcomitê
de Tributação em **reunião do Cónfaz**
de Janeiro.
5/outubro

2 – As UFs poderão enviar propostas de assuntos para serem discutidos no âmbito do Comitê ao coordenador do Subgrupo.

TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017



Foi elaborado um questionário com o objetivo de colher manifestações das entidades sobre a situação atual da tributação sobre o GLP oriundo de gás natural, bem como sobre uma possível reorientação dessa tributação.

Questionário enviado em 22/setembro, com solicitação de respostas até 6/outubro.

Respostas foram recebidas até 24/outubro



Respostas ao questionário enviado às instituições foram consolidadas.

27/outubro



Workshop: Preços Diferenciados e Incidência de Tributação no GLP

Foram apresentadas as ações realizadas e debatidos cenários e propostas em relação à incidência de tributos no GLP oriundo de Unidades de Processamento de Gás Natural (UPGNs). **EPE - 31/outubro**

Resultado:

- Difusão do trabalho;
- Prestação de contas aos envolvidos;
- Oportunidade de participação; e
- Enriquecimento do material, por exemplo:
 - Orientação de não abordar as UF diretamente;
 - Petrobras informou sobre o GLP importado;

AGENDA

➤ PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE TRIBUTAÇÃO

➤ CONTEXTUALIZAÇÃO

➤ TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017

➤ **RESULTADOS**

➤ TRABALHOS PREVISTOS PARA 2018



Elaboração pelos integrantes do subcomitê de um **relatório final** sobre a tributação do GLP de UPGN.

23/novembro

- O relatório será **entregue para validação do CNPE** na reunião de dezembro.
- Posteriormente, será encaminhado **às secretarias de fazenda das UFs** que não aderiram ao Protocolo ICMS 4/2014, além de ser enviado ao **Confaz**.

RESULTADOS



Criação do Subgrupo Acompanhamento Programa Combustível Brasil no âmbito do **Cotepe**, sob a coordenação do Estado do Rio de Janeiro.



Indicativo de **adesão** do Estado do Espírito Santo **ao Protocolo** ICMS 4/2014 nas próximas reuniões do Cotepe.



Indicativo de **reavaliação** do DF e da PB quanto à adesão, à luz das informações apresentadas pelo SCT Tributação.

AGENDA

➤ PROPOSTAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO SCT DE TRIBUTAÇÃO

➤ CONTEXTUALIZAÇÃO

➤ TRABALHOS DESENVOLVIDOS EM 2017

➤ RESULTADOS

➤ TRABALHOS PREVISTOS PARA 2018

TRABALHOS PREVISTOS PARA 2018

(29) Avaliar os potenciais efeitos decorrentes do **tratamento isonômico dos tributos de cada produto nas distintas Unidades Federativas**, com base em experiências internacionais, como forma de estimular a ampliação e diversificação dos agentes e aumentar a competição no mercado doméstico de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo.

(30) Avaliar a **simplificação e a harmonização dos mecanismos tributários federais e estaduais**, incidentes sobre a comercialização de combustíveis, biocombustíveis e demais derivados de petróleo para garantir a isonomia no tratamento dos agentes.

(28) Desenvolver estudo quanto aos **impactos dos tributos sobre a eficiência na produção e distribuição de combustíveis**, biocombustíveis e demais derivados de petróleo, bem como na logística de abastecimento interestadual, sobretudo no que tange ao ICMS.

(31) Avaliar alternativas de **estímulo à atividade de rerrefino**, analisando a criação de tributos ou outros mecanismos, tendo em vista as externalidades positivas inerentes ao processo.